

IDENTIDADE, ETNICIDADE E PAISAGENS CULTURAIS ALTERNATIVAS NO VALE DO RIO DOCE/ MINAS GERAIS- BRASIL

José Antônio Souza de Deus¹

Resumo

Este trabalho coloca em pauta os processos de reinserção das sociedades indígenas brasileiras nos contextos intra e extrarregional objetivando analisar a realidade vivenciada pelas sociedades indígenas (e núcleos quilombolas) do vale do Rio Doce e entorno (estado de Minas Gerais), realizando em paralelo, uma retrospectiva geohistórica da trajetória dos remanescentes de povos indígenas do Tronco Macro-Jê hoje sediados no sudeste do Brasil como os *Krenak* e *Pataxó*. A metodologia utilizada compreendeu: pesquisa bibliográfica/ cartográfica/ documental; reconhecimentos de campo; diagnóstico da situação histórica e atual das comunidades indígenas (e quilombolas) na região; organização dos dados em matrizes; contextualização e sistematização das informações. A interpretação dos processos abordados permitiu a associação da experiência vivida por estes atores com “paisagens culturais alternativas/ excluídas”, de acordo com concepções em curso da Etnogeografia/ Geografia Política imbricadas com o Marxismo Cultural.

Palavras-chave: Etnogeografia e Etno-História; Comunidades Tradicionais; Territorialidade Indígena; Reafirmação da Identidade Étnico-Cultural no Brasil.

Abstract

Recent processes of indigenous societies' reinsertion in Brazil in intra and extra-regional contexts are at issue in this approach, aiming to analyze indigenous societies' and maroon nuclei's lived experience in Rio Doce valley and surroundings (Minas Gerais state- Brazil), performing in parallel, a geohistorical retrospective of surviving

¹ Doutor em Ciências (Geografia)- UFRJ; Professor Adjunto- IGC/ UFMG (Brasil). E-mail: nogueira.marly@yahoo.com.br

Macro-Ge Indians (Krenak and Pataxó tribes), today headquartered in southeastern Brazil. The methodology adopted includes: bibliographical and cartographical research; field works; current and historical situation of indigenous (and maroon) regional communities' diagnosis; data organization in arrays; contextualization and systematization of information. The interpretation of the processes discussed allowed the association of these social segments' experience with alternative cultural landscapes- in accordance with conceptions in progress in Ethnogeography and Political Geography aligned with a heterodox Marxist perspective.

Key-Words: Ethnogeography and Ethno-history, Traditional Communities, Indian Territoriality, Brazilian Indian Identities' and Cultures' Rebirth.

Introdução

Como assinala Pablo Dávalos (2005, p. 17, tradução nossa), a década de 90² se revelou como:

“uma etapa histórica rica em possibilidades, e complexa em sua interpretação, em que eclodiram novos movimentos sociais, entre os quais se destaca o movimento indígena. Em toda a América Latina surge então com muita força, uma articulação social e organizativa baseada na vivência comunitária dos povos indígenas que servirá de sustentação para a mobilização social e política de muitos movimentos sociais no continente”.

Tal dinâmica se desenvolve no contexto dos processos em curso de globalização.

Vale ressaltar que, em função da crescente mobilidade e globalização da economia, postulava-se até recentemente, a propósito, uma inevitável uniformização planetária. Atualmente, contudo, a relevância atribuída ao consumo de natureza cultural, às diferenças étnicas e à questão dos valores torna-se visível. Claval (1999) assinala que embora muitos julgassem que o desaparecimento da maior parte dos traços que promoviam a infinita variedade do mundo tradicional anunciava a erosão das diferenças culturais, o que se observa hoje são “sociedades onde os problemas de identidade são mais envolventes do que nunca...”. Ademais, “dedica-se hoje uma atenção nova à irredutibilidade do fato cultural” (BONNEMAISON, 2002, p. 86)- e em consequência, “a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria

² Século XX

social” (HALL, 2001, p. 7). Emergindo como contra-projetos, refratários à marcha da globalização, a organização e manifestação coletivas dos grupos étnicos, culturais e religiosos- por vezes minoritários-, mas coesionados em torno de suas visões de mundo, imaginário e paradigmas, têm exercido considerável influência no cenário cultural e social contemporâneos (DEUS, 2005; DEUS, BARBOSA, 2009). Atualmente as transformações em curso no Planeta justificam- como destacou o Comitê Editorial do periódico *Géographie et Cultures* em 1992-, a atenção renovada que os geógrafos estão atribuindo às dimensões sociocultural e socioespacial- inclusive reconhecendo que as realidades culturais na organização do espaço foram certamente subestimadas no passado. A emergência de movimentos étnicos e culturais diversos nas últimas décadas é fato sociologicamente constatável que demonstra o quanto é expressiva a busca política de um espaço próprio que reivindica a diferença e recusa a fatalidade da sujeição a um padrão único de comportamentos e valores. Essa questão é sobretudo clara no movimento indígena, e seu direito a reivindicar um espaço próprio passa pela consciência de uma autovalorização étnica através do reforço da identidade cultural e do conhecimento dos seus direitos perante o Estado. Esses movimentos não reivindicam o direito a uma “igualdade abstrata” perante uma ordem jurídica que esvazia o seu significado, na medida em que ancorada na burocracia e hierarquias de poder. O que eles reivindicam é o direito de se exprimir social e politicamente, e para além disso, o direito à própria diversidade. O estudo das diferenças e das alteridades encontra-se remetido à análise mais ampla das relações interculturais e do conjunto de fenômenos coletivos a elas ligados, expresso por formas organizacionais próprias capazes de rearticular o ideário cultural com a presença ativa e crescente no interior da sociedade mais ampla. Oliveira (1998), focaliza o indigenismo e a ação indigenista como uma forma de territorialização. Na ótica do marxismo cultural poderíamos visualizar os povos indígenas do leste do Brasil como **culturas excluídas**, ou seja, culturas que são suprimidas, de forma ativa ou não, e que destacam os símbolos de grupos minoritários, codificados na paisagem da vida cotidiana e ainda aguardando estudos geográficos mais detalhados e profundos. Como explicita Cosgrove (1998), há culturas dominantes (as que exercem uma hegemonia cultural) e culturas subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, faixa etária e etnicidade.

No Brasil, as populações indígenas vêm crescendo significativamente nas últimas décadas (RICARDO, 2000). Essa expressiva recuperação demográfica contradiz

as expectativas pessimistas quanto à iminente ameaça de extinção destas sociedades, formuladas por pesquisadores, anos ou décadas atrás. Sabemos hoje que a situação desses povos não é terminal- como se postulava antes. E é surpreendente se verificar essa tendência entre índios do nordeste, leste e sul do país, não beneficiados por projetos internacionais (a exemplo do *Programa Piloto Para a Preservação das Florestas Tropicais do Brasil/ PPG7*), que contemplaram povos indígenas amazônicos.

Os “sertões do leste”: etno-história de minas gerais

No âmbito de uma ampla retrospectiva histórica, o declínio demográfico das sociedades indígenas no Brasil (sobretudo nas regiões leste e nordeste do país) foi extremamente significativo. Como destaca Villalta (2004, p. 60-61),

“em Minas Gerais, a eliminação dos povos e das línguas indígenas foi intensa, em função do desenvolvimento urbano acentuado e da força da mineração no conjunto da economia, assentada no uso do escravo africano. Só nas fronteiras das áreas de colonização houve espaço para as línguas indígenas”.

A cobiça por recursos minerais impulsionou os portugueses a empreender em 1674, a bandeira liderada por Fernão Dias em busca das legendárias jazidas de esmeraldas, dando início a uma saga que se estenderia até meados do século XVIII. Tentativas de penetração na região já tinham se esboçado anteriormente: em 1550, Martim Carvalho explora os vales do Mucuri e Jequitinhonha, “encontrando grãos de ouro na areia de um pequeno ribeirão” (FREIRE, 2002, p. 19), mas sua bandeira é dizimada pelos índios.

No território que hoje corresponde às Minas Gerais, a população indígena conseguiu sobreviver por mais tempo no leste do estado (nos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha); assim como a oeste, no vale do São Francisco (COELHO, 2002). Todo o vale do Rio Doce era ocupado pelos *botocudos* (cujos domínios territoriais estendiam-se a várias regiões contíguas- DEUS, 2010). Este povo, segundo Mattos (2000) era representado no imaginário colonial,³ como “feroz inimigo da civilização”. Em áreas de matas fechadas e quase impenetráveis aí se explorava no passado, as gemas- sempre com o risco de um assalto de índios combativos, como

³ Como também no Império e na República.

aqueles da nação borun, que recorrentemente surpreendiam os faiscadores e forasteiros com atividades de guerrilha e emboscadas. Para Souza (2003, p. 59):

“a atitude territorialista do indígena leva-o a defender sua terra e a sua vida. O comportamento dos Puris, Botocudos, e de outros grupos que habitavam as Minas Gerais, diante das experiências negativas pós-contato com os brancos, não poderia ser outro senão a animosidade defensiva. Refugiavam-se nestas matas e atacavam para se defender e para rechaçar. Sua ‘agressividade’ é fruto de seu medo e insatisfação”.

A partir de 1831 se instituiu o sistema de aldeamento com o objetivo de “civilizar o selvagem” através da catequese, favorecer a mestiçagem e contribuir para o “desbravamento” e desenvolvimento das regiões habitadas por índios. Em 1872, essa missão foi dada à congregação dos Capuchinhos com a recomendação de aldear o maior número possível de *botocudos*. Provavelmente revoltados com a segregação das suas crianças, um grupo de 700 índios organizou entretanto um levante em Itambacuri em 1893. O fato repercutiu pelo país através dos órgãos de imprensa da época. A seguir, poderosos grupos armados caçaram os *botocudos* e foi avassalador o massacre. Mas nem todos os índios foram aldeados. Por muito tempo, milhares de puris⁴ e de “belicosos” e “turbulentos” *botocudos* continuaram oferecendo resistência às invasões de seus territórios (OTONI, 2002; SOUZA, op. cit.). O grupo liderado pelo cacique **Kuparak Krenak** que entrou em contato com *neobrasileiros* na região de Pancas por volta de 1910 (MATOS, ÁLVARES, 2000), foi o último a negociar com as autoridades seu processo de “pacificação” (em 1912), sendo assentado no *Posto Guido Marlière* (Rio Doce). De acordo com Paraíso (1998, p. 425),

“o contato com a sociedade nacional provocou a aceleração das mudanças sociais dos grupos botocudos, levando à desagregação socioeconômica e política com graves reflexos na vida da única comunidade botocuda reconhecida que ainda sobrevive: a dos Krenak”.

⁴ Povo macro-jê da Zona da Mata mineira, hoje presumivelmente extinto.

Diagnóstico da atual situação dos povos indígenas do vale do rio doce

Hoje se constata que, quando as sociedades indígenas conseguem sobreviver ao choque cultural decorrente do contato tendem a refazer seu contingente populacional original, podendo mesmo ultrapassá-lo. O desaparecimento das culturas indígenas não é portanto uma fatalidade ou necessidade histórica e o estabelecimento de um relacionamento com outros grupos sociais ou a construção de escalas de solidariedade mais amplas (de classe, regional, nacional, etc.), não implicam automaticamente na desestruturação da(s) sociedade(s) indígena(s). As diferenças culturais podem persistir, apesar do contato interétnico e das relações de interdependência. Vale ressaltar que atualmente é elevada a taxa de crescimento da população indígena brasileira (ARRUDA, 2001). Estimativas têm mostrado que “a maioria dos povos indígenas têm crescido, em média, 3,5% ao ano, muito mais que a média de 1,6% estimada para o período de 1996 a 2000 para a população brasileira em geral” (AZEVEDO, 2000, p. 80). O processo de revitalização demográfica é além disto, acompanhado de rearticulação cultural. As atividades rituais, inibidas após o contato, são muitas vezes progressivamente retomadas pelas comunidades. E um olhar mais atento revela que as tradições de muitas sociedades, vão sendo recuperadas e ressurgem com enorme vitalidade. Décadas, às vezes séculos, de pressões e constrangimentos de cunho material e ideológico deixaram suas marcas, mas parecem não anular a especificidade história e cultural de sociedades tidas até recentemente como vítimas irreversíveis de um processo de etnocídio que se pensava absoluto. Sociedades indígenas que enfrentaram grandes adversidades permanecem assim, atualmente, como grupos étnicos diferenciados, desenvolvendo estratégias de sobrevivência ao contato com a utilização em seu cotidiano, de um código cultural próprio. Podemos observar também um processo de tomada de consciência e de iniciativa política de muitas sociedades, com a crescente reafirmação de sua identidade étnica e soberania territorial. Para isso foi determinante a ação política dos caciques, que promovendo reuniões freqüentes, acabaram reforçando a coesão tribal.

A região sudeste do Brasil, como observa Laraia (1998, p. 265),

“tem uma longa história de colonização portuguesa, além de ser a região mais densamente povoada e desenvolvida industrialmente. Assim era de se supor a inexistência de qualquer grupo indígena. Mas, por mais surpreendente que possa parecer, eles estão aí representados”.

De acordo com Rodrigues (2000, p.12), na *Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil* (realizada em abril/ 2000 em Porto Seguro/ BA), o grupo mais aguerrido nas manifestações, correspondia sugestivamente ao “dos índios das delegações do sul, sudeste e do nordeste”. Em Minas Gerais, o primeiro congresso indígena foi organizado em julho/1984 e mais recentemente, outros eventos têm marcado o processo de organização política dos povos indígenas no estado. Hoje em dia registra-se a presença de 8 sociedades indígenas em Minas Gerais: Maxakalí, Krenak, Xakriabá, Pataxó, Kaxixó, Aranã, Pankararu e Xukuru-Kariri (povos em sua maioria, integrantes do tronco Macro-Jê.). De acordo com estimativas do CIMI⁵, Minas Gerais possuiria atualmente uma população de dez mil índios aldeados⁶. Os Maxakalí, Krenak e Xakriabá- vale ressaltar- possuem uma inserção histórico-cultural bem demarcada no estado. No vale do Rio Doce localizam-se os Krenak, cuja população original era estimada em cerca de mil índios- mas que totalizavam em 1984, apenas 92 indivíduos. Hoje somam 204 pessoas (RICARDO, RICARDO, 2006), distribuídas por três aldeias e assentadas à margem esquerda do Rio Doce, no município de Resplendor (numa área de 4.039 hectares, demarcada, homologada desde 1996, e sem a presença de invasores). Até então, confinados a parcela ínfima de seu território, os Krenak, vinham lutando “para reaver e recuperar ambientalmente seu território ocupado por fazendeiros e colonos” (KRENAK, 1996, p. 697). Paraíso (op. cit., p. 426) sintetiza com bastante precisão a experiência histórica que marcou a trajetória dos krenak:

“aldeados compulsoriamente desde 1912, os Krenak são um povo mestiçado, vivendo numa área de 68,25 h a totalmente devastados e insuficientes para uma população de 120 pessoas. As atividades de caça e coleta inexistem, e a pesca encontra-se bastante prejudicada pela poluição do rio Doce. Hoje a sua atividade econômica reduz-se a uma agricultura incipiente, voltada para a subsistência e ainda assim insuficiente, e à criação de algumas cabeças de gado, das quais obtém o leite que vendem para a Cooperativa de Resplendor. Não se assalariam porque não são aceitos pelos fazendeiros como

⁵ *Conselho Indigenista Missionário*- organismo da Igreja Católica, vinculado à CNBB (*Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*).

⁶ E de acordo com o censo do IBGE realizado em 2000, a população indígena mineira poderia somar 48.720 indivíduos (incluindo-se aí também aqueles segmentos domiciliados nos centros urbanos).

trabalhadores devido à disputa pelo restante das terras que lhes foram doadas em 1920.”

O autor salienta ainda que eles “moram em casas de modelo nacional, simples e rústicas, insuficientes para a quantidade de famílias”, observando também que “seus equipamentos são tipicamente nacionais” (PARAÍSO, op. cit., p. 426). “Desde o momento do seu aldeamento, os Krenak sedentarizaram-se, porém continuam a organizar-se em termos de aliança política e solidariedade econômica em famílias extensas” (PARAÍSO, op. cit., p. 426). O sistema religioso não mais se encontra organizado de forma articulada, e os *xamãs* não mais existem. Para o autor: transformados, lutando para manter a sua identidade, o que constatamos é que os Krenak, além de sua língua,

“que é falada com fluidez e regularidade pelos adultos, mantém ainda alguns traços característicos do seu povo. Isto apesar das adaptações exigidas pelo contato para que se garantisse a sobrevivência física e a reprodução social dos Botocudos” (PARAÍSO, op. cit., p. 428).

Em 2006, jovens krenak lançaram um livro na *Feira Internacional do Livro de Turim/ Itália* com o objetivo de divulgar a sua cultura e formar uma rede de intercâmbios que fortaleça a cultura indígena brasileira. Em determinados períodos de sua história, os Krenak chegaram a ser desterritorializados por terem sido forçados a se transferir para as áreas dos Maxakalí e Pataxó, mas retornaram a suas terras de origem. A comunidade enfrenta também problemas de alcoolismo. Seus cultivos de subsistência incluem cereais e mandioca. As tentativas de revitalização ambiental da sua reserva permanecem em estágio incipiente. Envolvem primordialmente atividades de reflorestamento da área indígena com espécies nativas.

Assistimos nos últimos anos, à implementação de políticas governamentais fomentando uma discriminação positiva de comunidades indígenas- a exemplo dos esforços que a Secretaria de Estado da Educação (SEE/ MG), vem fazendo para implantar a “educação indígena” ou os núcleos integrados de saúde indígena com incentivo à criação de serviços municipalizados de atendimento à saúde das comunidades (KRENAK, op. cit.). Para o *CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO* (2001, p. 183), nas últimas décadas, teria ocorrido uma inflexão importante no processo de implantação da educação escolar indígena no país (que têm inclusive permitido o

acesso dos povos indígenas ao ensino superior). Nas últimas décadas, organizações governamentais (como o Ministério da Agricultura, Fundação Nacional do Índio/ *FUNAI* e governo estadual) e não-governamentais (como o *CIMI*), também têm estabelecido parcerias destinadas a capacitar índios nas áreas de agroecologia e agricultura sustentável. Em julho/ 2008, o Ministério Público Federal firmou acordo⁷ com a *Companhia Vale do Rio Doce*, Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) e *Consórcio da Usina Hidrelétrica de Aimorés* pelo qual as empresas foram obrigadas a pagar indenização por danos causados aos índios krenak. As empresas foram acusadas de ignorarem no contrato de construção da usina, os direitos dos Krenak,- localizados na área de influência do projeto. Em dezembro/2005, vale assinalar, cerca de 300 krenak também bloquearam os trilhos da Estrada de Ferro Vitória/ Minas, da Vale, em protesto contra o alagamento de suas terras. Nessa ocasião, receberam promessa de demarcação de uma área para eles no *Parque Estadual Sete Salões*,⁸ à margem direita do Rio Doce.

Já os Pataxó do município de Carmésia (Alto Rio Doce/ leste de Minas Gerais), que em 1984 correspondiam a apenas 62 indivíduos (de acordo com levantamentos do *CIMI*), hoje totalizam 350 índios⁹, ocupando uma área de 3.270 hectares¹⁰. O incremento da população indígena na área tem gerado contudo tensões na comunidade, porque 70% do seu território tem relevo acidentado e os solos da fazenda encontram-se exauridos por terem sido utilizados para a monocultura de café.

Originários da Aldeia de Barra Velha (centro de difusão da cultura pataxó, no município de Porto Seguro), os Pataxó de Carmésia mantém contato com os parentes do sul da Bahia (hoje aliás, envolvidos em singular processo de reafirmação cultural e inserção no mercado globalizado, como “índios turísticos”, e que têm no artesanato a principal fonte de renda para muitas famílias- GRÜNEWALD, 2001). Os Pataxó de Carmésia transferiram-se para Minas Gerais no final da década de 70¹¹, depois da criação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

⁷ O acordo previu compensações como: indenizações em dinheiro às famílias, desenvolvimento de projetos de pecuária com assistência técnica, preservação de nascentes, ações sociais e construção de centros culturais.

⁸ Unidade de conservação onde os índios alegam existir pinturas rupestres feitas por seus antepassados.

⁹ No período histórico, os pataxó evitaram enquanto puderam, os contatos e alianças com não-índios, mantendo-se arredios e resistentes ao avanço da “sociedade nacional” sobre os seus territórios tradicionais. De acordo com dados da *FUNASA*, o contingente populacional total destes índios no Brasil, compreendendo as comunidades da Bahia e Minas Gerais, totalizava em 2006, 10.897 indivíduos (RICARDO, RICARDO, op. cit.).

¹⁰ Fazenda Guarani- área demarcada, homologada e livre de invasores.

¹¹ Século XX

(IBAMA) do *Parque Nacional do Monte Pascoal*, que teria reduzido as terras disponíveis para a agricultura indígena no sul da Bahia. Sua organização política é pautada na liderança de chefes familiares. Vivem da piscicultura, apicultura, agricultura familiar e sobretudo do artesanato. Têm estabelecido parcerias com a *SEE/ MG*, Prefeitura Municipal, Fundação Nacional de Saúde (*FUNASA*), Universidade Federal de Minas Gerais e ONGs como o *CIMI* e *CEDEFES*¹². A mobilização deste povo (por vezes, através de ações organizadas, de caráter controverso), pode ser exemplificada por acontecimentos recentes como: em março/ 2007, os pataxó de Carmésia protestaram contra o descaso da *FUNASA* em relação às condições de saúde da comunidade e mantiveram como refém na aldeia o chefe do distrito dessa entidade; e em julho/ 2010, eles ocuparam os parques estaduais do Rio Corrente (Açucena/ MG) e Serra da Candonga (Guanhães/ MG), reivindicando a criação de reservas indígenas nestas áreas¹³.

Em região próxima à reserva pataxó, nos municípios de Santa Maria de Itabira e Antônio Dias localizam-se os núcleos *quilombolas* de Barro Preto e Indaiá¹⁴. Através de um aprendizado político calcado na observação e reflexão sobre a experiência histórica das lutas indígenas pela demarcação de territórios, estas *comunidades tradicionais* afrodescendentes (que historicamente exerceram importante papel na Minas colonial- REIS, 1996) hoje também se inserem- vale ressaltar- em dinâmicos processos de reterritorialização, ressignificação (FIABANI, 2005) e reafirmação cultural.

Conclusões

Buscamos complementar nossa investigação com o levantamento das diferenças conspícuas que têm transformado determinados povos indígenas em comunidades mais articuladas e atuantes nos dias de hoje, levantando hipóteses sobre a influência na emergência de novas territorialidades indígenas, de fatores bem definidos- e estabelecendo a partir daí, critérios de caracterização das comunidades indígenas melhor

¹² *Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva*- organização não-governamental pioneira no estado de Minas Gerais, no acompanhamento das lutas de segmentos sociais como os índios e quilombolas.

¹³ A reivindicação está sendo avaliada pelo Instituto Estadual de Florestas (*IEF*), em seus aspectos técnicos e legais, em termos de possibilidade de conciliação das dimensões ambiental e indígena nas unidades de conservação em questão- que ainda são alvo de disputas judiciais com fazendeiros e posseiros.

¹⁴ Classificados na ótica da geografia agrária como enclaves de agricultura camponesa no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (TUBALDINI, SILVA, 2009).

posicionadas no cenário regional. Os fatores considerados corresponderam às **dinâmicas territorial e cultural** das sociedades pesquisadas, os quais se desdobram em um leque de diferentes variáveis. A dinâmica territorial envolve questões como a soberania territorial dos povos indígenas sobre áreas (por vezes extensas), em grande parte já demarcadas, ocupadas em certos casos por populações expressivas, e com taxas de crescimento significativas; além do estabelecimento de parcerias para viabilizar conquistas de cunho político-territorial. A dinâmica cultural está por sua vez imbricada com a valorização da identidade étnica, e sua utilização como estratégia de contato com o mundo exterior para propiciar novas formas de inserção no mercado, através da “venda de imagem”, além da preservação/ transmissão da língua nativa, eleição de representantes étnicos em Prefeituras e Câmaras e da projeção de lideranças nos cenários intra e extra-regional. Em um esforço de sistematização dos dados podemos apontar a seguir os atributos mais relevantes sob a ótica da Territorialidade e Cultura que têm permitido a reinserção em termos políticos e socioeconômicos dos povos indígenas do Rio Doce no contexto regional: os Pataxó, devido ao seu contingente populacional expressivo (mais de dez mil indivíduos, considerando-se a população total da etnia), o crescimento demográfico recente e significativo, a “reinvenção” da identidade cultural como instrumento de inserção no mercado globalizado (do turismo), o protagonismo político-territorial e parcerias viabilizadas com órgãos do governo e entidades civis; e os Krenak, devido ao relativo crescimento vegetativo da população, parcerias construídas com entidades governamentais e não-governamentais (*FUNAI, SEE/ MG, EMATER, CIMI*), e projeção nacional de lideranças. As estratégias utilizadas para viabilizar progressivos avanços têm compreendido a realização de assembleias com o objetivo de reforçar a coesão e capacidade de auto-defesa comunitárias, a consolidação de organismos de natureza associativa e a crescente utilização de instrumentos jurídicos para a resolução de disputas garantindo direitos territoriais.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, R. S. V. – Imagens do Índio: Signos da Intolerância. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi, VIDAL, Lux Boelitz, FISCHMAN, Roseli. **Povos Indígenas e Tolerância: Construindo Práticas de Respeito e Solidariedade**. São Paulo: EdUSP, 2001, p. 43-61.

- AZEVEDO, M. – Censos Demográficos e “Os Índios”: Dificuldades Para Reconhecer e Contar. In: RICARDO, Carlos Alberto. **Povos Indígenas no Brasil: 1996/ 2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, p. 79-83.
- BONNEMAISON, J.- Viagem Em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: Um Século (III)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.
- CLAVAL, Paul- **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth C. A. Pimenta. Florianópolis: Editora UFSC, 1999, 453 p. Original Francês.
- COELHO, M. A. T.– **Rio das Velhas- Memória e Desafios**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, 186 p.
- COMITÉ EDITORIAL “GÉOGRAPHIE ET CULTURES”– La Culture Dans Tous Ses Espaces. **Géographie et Cultures**, Paris, n. 1, p. 3-5, 1992.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – **Outros 500: Construindo Uma Nova História**. São Paulo: Editora Salesiana, 2001, 256 p.
- COSGROVE, Denis E. – A Geografia Está Em Toda a Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. Tradução de Olívia B. L. Silva. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-122. Original Inglês.
- DÁVALOS, Pablo- Movimentos Indígenas em América Latina: El Derecho a la Palabra. In: DÁVALOS, Pablo. **Pueblos Indígenas, Estado y Democracia**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 17-33.
- DEUS, José Antônio Souza - **Geografia Cultural do Brasil/ Etnogeografia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 135 p.
- _____ - Linhas Interpretativas e Debates Atuais no Âmbito da Geografia Cultural, Universal e Brasileira. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 45-59, 2º. sem. 2005.
- DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus- A Geografia Cultural Contemporânea e os Focos de Tensão no Mundo: Uma Contribuição ao Debate. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 7, p. 63-91, set. 2009.
- FIABANI, Adelmir- **Mato, Palhoça e Pilão- O Quilombo- Da Escravidão às Comunidades Remanescentes (1532/ 2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 424 p.
- FREIRE, A. P. – **Minas Novas- Sua História, Sua Gente**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2002, 109 p.

- GRÜNEWALD, R. A. - **Os Índios do Descobrimento: Tradição e Turismo.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001, 224 p.
- HALL, Stuart - **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 5ª Edição. Tradução de Tadeu da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro, DP&A, 2001, 102 p. Original Inglês.
- KRENAK, Aílton - Recuperação Física e Ambiental da Terra Krenak. In: RICARDO, Carlos Alberto. **Povos Indígenas no Brasil- 1991/ 1995.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996, p. 697-699.
- LARAIA, R. B.– Nossos Contemporâneos Indígenas. In: SILVA, Aracy Lopes, GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A Temática Indígena na Escola- Novos Subsídios Para Professores de 1º e 2º Graus.** 2ª Edição. São Paulo: Global Editora/ MEC-MARI-UNESCO, 1998, p. 261-287.
- MATOS, K. G., ÁLVARES, M. M. – Os Povos Indígenas de Minas Gerais. In: MATOS, Kleber Gesteira, REZENDE, Zélia Maria. **Lições de Minas- Escola Indígena: Índios de Minas Gerais Recriam a Sua Educação.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2000, p. 17-34.
- MATTOS, Izabel Missagia – Temas Para o Estudo da História Indígena em Minas Gerais. **Cadernos de História,** Belo Horizonte, v. 5, n . 6, p. 5-6, jul. 2000.
- OLIVEIRA, João Pacheco- **Indigenismo e Territorialização.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998, 310 p.
- OTONI, T.- **Notícia Sobre Os Selvagens do Mucuri.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, 184 p.
- PARAÍSO, M. H. B. – Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil.** 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras/ SMC/ FAPESP, 1998, p. 413-430.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos – **Liberdade Por Um Fio: História dos Quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 569 p.
- RICARDO, Beto- **Povos Indígenas no Brasil- 1996/ 2000.** São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2000, 832 p.
- RICARDO, Beto; RICARDO, Fany - **Povos Indígenas no Brasil- 2001-2005.** São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2006, 879 p.
- RODRIGUES, Lia Imanishi - Os Índios do Brasil. **Reportagem,** Cajamar (SP), v. 1, n. 10, p. 7-36, mai. 2000.
- SOUZA, Rafael de Freitas– A Revolta dos Puris: Resistência e Dizimação dos Indígenas da Zona da Mata Mineira no Primeiro Quartel do Século XIX. **Revista de Ciências Humanas,** Viçosa (MG), v. 3, n. 1, p. 53- 64, jul. 2003.

TUBALDINI, SILVA- Territórios da Resistência: Paisagem e Cultura nos Remanescentes Quilombolas de Barro Preto- Santa Maria de Itabira/ MG e Indaiá- Antônio Dias/ MG. In: ALMEIDA, Maria Geralda, CRUZ, Beatriz Nates. **Território e Cultura: Inclusão e Exclusão nas Dinâmicas Socioespaciais**, Goiânia: UFG/ Universidad de Caldas, 2009, p. 114-126.

VILLALTA, Luiz Carlos – Uma Babel Colonial. **Nossa História**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 58-63, mar. 2004.